



Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista

Latinoamericana

E-ISSN: 1984-6487

mariaglugones@gmail.com

Centro Latino-Americano em Sexualidade e
Direitos Humanos
Brasil

Lopes, Moisés

A construção social da "branquitude" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina
Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, núm. 8, agosto, 2011, pp. 113-130

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
Río de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293322074005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n.8 - ago. 2011 - pp.113-130 / Lopes, M. / www.sexualidadesaludysociedad.org

A construção social da “branquide” em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina

Moisés Lopes

Doutor em Antropologia Social
Universidade de Brasília (UnB)
Especialização em Gênero e Sexualidade - CLAM/IMS/UERJ
Rio de Janeiro, Brasil

> sepolm@gmail.com

Resumo: Este artigo visa desenvolver uma discussão a respeito da construção da “branquidade” entre homens homossexuais que vivem relações estáveis de conjugalidade com outros homens. A perspectiva adotada traz à tona elementos interseccionais de análise tais como gênero, cor/raça, nacionalidade, classe/camada social, grupo etário/generacional, pensados de maneira articulada e contextual. É nessa articulação que se produzem determinadas relações interpessoais, formas particulares de opressão e privilégio, formas contextuais de ser e estar no mundo, e, com isso, uma identidade, um sujeito específico e uma subjetividade particular. Este artigo é baseado em trabalho de campo etnográfico realizado entre 2006 e 2008 com homens com performance de gênero masculina pertencentes à camadas médias que viviam em situação de conjugalidade homossexual no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: “Branquidades”; homossexualidades; interseccionalidade; marcadores de diferença.

La construcción social de la “blanquitud” de homosexuales masculinos de Brasil y Argentina

Resumen: Este artículo discute la construcción de la “blanquitud” entre varones homosexuales que viven relaciones estables de conyugalidad con otros hombres. La perspectiva adoptada conjuga elementos de un análisis interseccional, como género, raza, color, nacionalidad, clase, estrato social, grupo etario y geracional, pensados de manera articulada y contextual. En esa articulación se producen determinadas relaciones interpersonales, formas particulares de opresión y privilegio, formas contextuales de ser y estar en el mundo y, con ello, una identidad, un sujeto específico y una subjetividad particular. Este artículo se basa en trabajo de campo etnográfico realizado entre 2006 y 2008 con varones de performance de género masculina pertenecientes a estratos medios que vivían en situación de conyugalidad homosexual en Brasil y Argentina.

Palabras clave: “Branquitudes”; homossexualidades; interseccionalidad; marcadores de diferencia

The social construction of whiteness among gay males in Brazil and Argentina

Abstract: This article discusses the construction of “whiteness” among gay men who live in stable conjugal relations with other men. This perspective brings elements of an intersectional analysis of gender, ethnicity, nationality, class, social status, age group and generation. It is in those contexts that particular relationships, forms of oppression and privilege, identities, subjects and subjectivities are produced. The findings presented in this article are based on ethnographic fieldwork conducted between 2006 and 2008 with middle class men with a male gender performance, living in a homosexual conjugal situation in Brazil and Argentina.

Keywords: “whiteness”; homosexuality; intersectionality; markers of difference

Introdução

Este artigo é uma releitura de alguns dados de minha pesquisa desenvolvida nas cidades de Buenos Aires e Brasília, entre os anos de 2006 e 2008, com seguidas idas a campo para o desenvolvimento de investigação etnográfica associada a entrevistas semiestruturadas com 13 casais, sendo oito portenhos e cinco brasilienses, bem como com outros homens casados (21) que não quiseram ser entrevistados e com integrantes dos movimentos LGBT destes países. Tratou-se de uma pesquisa para elaboração de minha tese de doutorado (Lopes, 2010a) que se utilizou de métodos qualitativos, com o acesso aos entrevistados sendo realizado de duas maneiras: por meio de contatos obtidos em redes de sociabilidades específicas¹ ou, *social networks* (Guimarães, 2004), que envolviam indivíduos que viviam situações de conjugalidade ou outros que buscavam igualmente uma relação de conjugalidade; e através de dois sites² da internet, nos quais elaborei um perfil como pesquisador da temática da homoconjugalidade e, com isso, passei a acessar perfis de casais e a receber mensagens de alguns deles. O objetivo daquela pesquisa (Lopes, 2010a) foi a discussão da construção das subjetividades e das homoconjugalidades masculinas no Brasil e na Argentina; tal comparação foi essencial para analisar elementos que de outra maneira passariam desapercebidos, como a questão da construção da “branquitude”, do gênero e do reconhecimento social da união.

Apesar de este artigo utilizar dados levantados durante o desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado acerca da conjugalidade homossexual nas cidades de Buenos Aires e Brasília, tomei como foco as “histórias de vida” construídas pelos meus interlocutores de maneira independente das “histórias de conjugalidade”, com o fim de analisar como se dá a construção da “branquitude” em seus

1 Um dos exemplos de *social network* a que tive acesso era formado por alguns homossexuais “solteiros” com projetos de conjugalidade e alguns homossexuais masculinos “casados” que se reuniam em suas casas nos finais de semana para jantares ou festas.

2 No Brasil, o site utilizado foi o www.disponivel.com.br, já na Argentina, o site utilizado foi o www.g4me.com.ar.

discursos. Assim, aqui desenvolvo a diferenciação entre “histórias de vida” e “histórias de conjugalidade”: a primeira, fazendo referência a uma “narrativa do eu” construída pelo sujeito, levando em consideração tanto a história pregressa do indivíduo quanto suas aspirações futuras, depende da apropriação do passado para objetivos futuros (Giddens, 2002); a segunda, é construída levando em consideração duas “narrativas do eu” e as diversas negociações, articulações e conflitos com vistas à construção de uma “narrativa em comum ou conjugal” (Lopes, 2010a). É necessário ressaltar que tanto uma quanto outra foram elaboradas em diálogo com os sujeitos a que tive acesso para o desenvolvimento de minha pesquisa. Mais que isso, ambas foram pautadas por encontros etnográficos realizados face a face e virtualmente, sempre de maneira individual e com ambos os integrantes do casal, tornando-se um material rico e extenso que excedia a exclusiva discussão acerca da “narrativa conjugal”.

Resta dizer ainda que este artigo está dividido em três partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentarei o contexto de vivência dos nativos no Brasil e na Argentina no momento da realização da pesquisa de campo; na segunda, desenvolverei uma análise acerca da maneira como os entrevistados apresentaram as histórias de suas famílias; e, na terceira, aprofundarei a discussão da relação entre “cor”/ “raça”, sexualidade e classe social como fruto de articulações contextuais apresentadas em suas falas. Destaco que buscarei, a partir destes elementos, traçar o significado da construção da “branquitude” entre os entrevistados do Brasil e da Argentina.

Os contextos nativos

Antes de desenvolver a análise da construção da “branquitude” é essencial falar um pouco a respeito do contexto de realização da etnografia nas cidades de Buenos Aires e de Brasília. Para isto, eu me aterei a duas questões bem pontuais: a primeira delas refere-se ao contexto de reconhecimento social e jurídico da homoconjugalidade nestas localidades, fato que me levou à escolha destas cidades; a segunda diz respeito a um rápido perfil dos interlocutores aos quais tive acesso para a realização da pesquisa.

Tenho de apontar que um dos motivos que me levaram a pensar em uma etnografia comparada foi o fato da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) ter sido a primeira localidade da América Latina a aprovar uma lei que versa sobre a união

civil para casais homossexuais, isto em 2002.³ No momento em que eu realizava trabalho de campo, no ano de 2007, discutia-se a viabilidade de aprovação de uma lei nacional de união civil, bem como uma lei que buscasse estender o matrimônio civil heterossexual para casais homossexuais. Apesar de um longo embate dentro do movimento LGBT local, o segundo projeto alcançou a hegemonia e o apoio dentro e fora do Congresso da nação e foi aprovado em 2010. Tratou-se de um embate político entre diferentes facções dentro do movimento LGBT argentino que foi omitido aqui e em minha tese após entrevistas e a pedido de diferentes representantes de ambas as tendências, pois eles sentiam receio de que os embates internos existentes no movimento fragilizassem a luta social e política “mais ampla” por reconhecimento de seus direitos.

No cenário brasileiro a situação era bem diversa. Apesar de ter havido um debate em 1995 com a proposição de um projeto de parceria civil no Congresso Nacional, ele foi interrompido pouco tempo depois sem a apreciação e a votação pelo Legislativo. Só recentemente, em maio de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceram por unanimidade a união estável para casais do mesmo sexo. Tais ações foram ajuizadas na Corte, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da República e pelo atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. O essencial aqui é a existência de um horizonte diferenciado de aceitação e regulamentação jurídica da homoconjugalidade nas cidades onde a pesquisa de campo foi realizada e que impulsionaram a seleção e a realização da pesquisa nestas localidades.⁴

A segunda questão apontada é a apresentação de um perfil dos sujeitos com os quais estabeleci contato para a realização de minha tese de doutorado. Tratava-se à época de homens majoritariamente “brancos” (eram 26 homens, sendo 16 argen-

3 A referida lei de união civil de Buenos Aires existe e vige apenas no âmbito da CABA, e pode ser realizada no registro de uniões civis por pares homossexuais e heterossexuais, desde que maiores de 21 anos, que tenham convivido pelo menos por dois anos, e desde que um dos integrantes tenha domicílio na cidade. Trata-se de uma lei que garante aos funcionários da cidade a incorporação dos parceiros no plano de saúde e a possibilidade de que, no caso da internação de um deles em hospitais da cidade, o companheiro possa cuidar do tratamento. Além disso, permite que o casal possa solicitar créditos em conjunto. Em momento algum, a lei toca em questões como herança e adoção; estas são questões que são regidas pelo Código Civil e só podem ser alteradas pelo Congresso da Nação (Lopes, 2010a).

4 Há um histórico favorável de ganhos de causa no Poder Judiciário brasileiro no que tange a questões atinentes aos direitos oriundos da união entre pessoas do mesmo sexo. Uma rápida comparação pode nos levar a pensar na existência de uma maior permeabilidade e aceitação da sociedade argentina para a ampliação dos direitos homossexuais do que da sociedade brasileira, no entanto, esta questão não pode ser reduzida e resolvida de maneira tão simples; é necessária uma análise mais acurada destes contextos, o que não desenvolverei neste artigo.

tinos e 10 brasileiros; destes, 24 se nomeavam como brancos e dois apenas como negros, um em cada país), homossexuais, com faixa etária em torno de 41 anos, oriundos de camadas médias, que viviam uma relação conjugal com outro homem (havia dois casais “heterocrônicos”⁵ – um em cada país) em contexto urbano, tinham o nível superior de formação, sendo profissionais liberais em sua maioria absoluta, definiam-se como “homens comuns”, e construíam sua masculinidade pautando-se em um discurso que reiterava a “naturalidade” e a “autenticidade” de suas performances de gênero. Tais referências são discursivamente construídas através de uma rejeição da feminilidade em seus corpos, em uma reprodução do discurso da heteronormatividade em que a “fronteira de normalidade” é estendida para incluir o homossexual “comum”, “normal”, que age de acordo com os padrões de uma “normalidade” ressignificada como correspondência entre homens e masculinidade, entre o corpo e o gênero (Lopes, 2010a,b).

Ressalto que não foi minha intenção de pesquisa reduzir toda a complexidade da conjugalidade a um tipo de modelo, visto que, quando se fala de família e de casamento, a visão “ideal” e heteronormativa que se tem é de uma união contratual entre um homem e uma mulher, que inclui a exclusividade sexual, a cooperação econômica, a coabitação e a produção de filhos. Trata-se do “modelo tradicional” de família e de conjugalidade, como definido por Loyola (2003), e ao qual os entrevistados faziam referência a todo o momento, e do qual buscavam fugir, construindo algo “diferente”, único e “autêntico”. Essa “autenticidade” aparece na busca por construir uma relação de conjugalidade dual em novos termos por meio de uma releitura da tradição, na qual o diálogo, a intimidade e a cumplicidade assumem papéis fundamentais. A despeito disso, tenho de destacar a existência de uma multiplicidade de possibilidades de formação de relacionamentos amorosos no “mundo social”, como os representados pelas relações poliamorosas, as conjugalidades heterossexuais abertas, as práticas de *swing*, ou as conjugalidades de lésbicas, transexuais, travestis, entre outras. No entanto, essas semelhanças de perfil entre os entrevistados, rapidamente apresentadas, e a comparação entre Brasília e Buenos Aires foram essenciais para que eu pudesse me dar conta da maneira como os interlocutores aos quais tive acesso dão sentido e significado à questão da cor/raça, tema que veremos a seguir.

⁵ Utilizo aqui a categoria “heterocrônicos” retirada do trabalho de Moutinho (2004) que, por sua vez, é cunhada por Thales de Azevedo, e que se refere a relacionamentos afetivo-sexuais entre “brancos” e “negros”. Destaco, tal como a autora, que o modo de classificação de “cor” comprehende inclusive critérios de ordem estética que podem ser construídos e manipulados de diferentes maneiras.

"Cor"/ "raça" e histórias de famílias

Após entrevistar os indivíduos de um casal de Buenos Aires, passamos a conversar sobre o mundo gay e sobre locais de diversão. Nessa conversa, um deles assinalou que tinha ficado surpreso quanto ao tema da pesquisa, mas que também criara muita expectativa por conhecer-me pessoalmente, nosso primeiro contato tendo sido intermediado por um conhecido participante da mesma rede de sociedades do casal. Completou ainda que, embora houvesse me achado simpático, ficara decepcionado. Diante disso, perguntei a razão da expectativa e da deceção que eu causara. Ele me disse que esperava que eu fosse “negro”; que havia conversado com seu companheiro a respeito. Sem entender a razão da deceção, refiz a pergunta de uma maneira diferente. Ele me respondeu que ficara torcendo para que eu fosse “negro” porque os “negros” o deixavam excitado. Após tal afirmativa a conversa seguiu por outros temas, porém outras insinuações foram feitas, até que me despedi deles e retornoi para minha casa.

Essa insinuação não saiu de minha cabeça, mesmo porque se repetiu com interlocutores de outro casal portenho que, somada à deceção pela cor de minha pele, me confessaram a frustração com a minha “indisposição” em fazer sexo com eles, o que foi definido como ausência ou pouca “brasilidade”, uma vez que tinham ido algumas vezes ao Rio de Janeiro e, nas praias de Ipanema e Copacabana, os homossexuais estavam “sempre dispostos a fazer sexo”.⁶

Essas falas e deceções, recorrentes em conversas com alguns nativos, colegas e amigos portenhos, mostraram a imagem e as expectativas que alguns dos argentinos têm em relação aos brasileiros e que Rapisardi e Modarelli (2001) perceberam existir entre “las maricas argentinas” desde a ditadura argentina. Essas “maricas” que vinham ao Rio de Janeiro

[...] en grupo con la pretensión de abarcar una fiesta que es, para ellas, la ciudad entera. Y esperan ser reconocidas en su dignidad de europeas, cuanto más rubias, más respetadas, y más deseadas. A sus pies deben rendirse los cuerpos morenos, como el de aquellos índios musculosos que pintaba

⁶ Partindo da análise da biografia de dois homens “negros” e suas relações afetivo-sexuais com homens “brancos”, Moutinho (2006) expõe como ocorre a formação de um mercado sexual marcado pela presença do turista “branco” europeu e norte-americano em busca de relações com homens “negros” no Rio de Janeiro. Em grande parte, esses turistas representam o “negro” como um sujeito que possui mais “calor”, são mais “fogosos” e sexualmente menos reprimidos. É interessante destacar também o texto de Pinho que desenvolve uma análise, no contexto de Salvador, sobre o processo de construção do corpo “negro” de homens da periferia que assumem a marca da sensualidade da cidade, sendo vistos como possuidores de um corpo supersexuado, mais sexualmente marcado que o do homem “branco”, “na medida em que é mais corpo, presença corporal significativa” (2005:138).

Jesús Helguera en los almanaques mexicanos. Todo un imaginario kitsch (idem:129).

Tal como acima, muitos dos interlocutores argentinos a que tive acesso definiram o Brasil como uma “tierra mestiza”, um paraíso de “perdición” em oposição à Argentina, vista como um “apêndice amputado da Europa”, um “transplante o una aberración geográfica” (Rapisardi & Modarelli, 2001). Nesse trabalho, tal oposição é pensada como um jogo de espelhos representacional, uma dualidade que, como afirmou Lins Ribeiro (2002), fornece matrizes que conferem significados aos atores e às agências sociais, provê modelos de comportamento e ações, os quais, construídos histórica e socialmente, têm certa eficácia. Assim, por mais contestados que sejam, europeísmo e tropicalismo “[...] são, em larga medida, aceitos tanto pelas elites quanto pelas massas dos dois países, como modos de representar pertencimento aos dois Estados-nações” (idem:248).

O tropicalismo tem como referências a riqueza da terra, a mestiçagem, a erotização do corpo e a permissividade sexual. Esta construção pressupõe uma “exotização” antagônica do povo, da cultura e do ambiente perigoso e desconhecido da floresta, ao mesmo tempo exuberante e livre. Nele, o pecado, representado pelos nativos vivendo nus, em promiscuidade, habita o paraíso terrestre, dado que estes, embora nus, são inocentes. De inferno a Éden tropical. Lugar onde, pela promiscuidade, todos se misturam, mas em que a democracia racial e a tolerância reinam, promovendo a miscigenação. “Uma dupla face porque, em sua exotização, ora informa metanarrativas positivas (povo alegre, sensual, exuberante, por exemplo), ora metanarrativas negativas (povo sujo, promíscuo, preguiçoso, por exemplo)” (idem:259).

Já o europeísmo tem como marcas essenciais a imigração europeia, representada pela chegada de milhões de estrangeiros, um caldeirão de raças “brancas”, e a expulsão ou morte do índio e a inexistência (mais simbólica do que concreta) do “negro”. Europeus vivendo na América Latina ou, como definiu Darcy Ribeiro (*apud* Lins Ribeiro, 2002), um “povo europeu transplantado”. Estas são as imagens pelas quais os argentinos se representam e são representados. Há, inclusive, uma anedota largamente contada para os turistas na Argentina e reproduzida por Lins Ribeiro, que diz “ser o argentino alguém que fala espanhol, gesticula como italiano e acredita que é inglês” (idem:249). Esta anedota foi-me contada, com outro formato, por um dos entrevistados, durante a realização do trabalho de campo em Buenos Aires.

Essa dualidade, presente nas representações do argentino e do brasileiro, pauta-se em estereótipos de ambos os lados. Fundamenta-se na construção de imagens homogêneas para o caráter nacional. Estrutura-se na busca por uma redução da complexidade e no apagamento da diversidade. No entanto, possui uma eficácia,

uma realidade, na qual, em ambos os lados, há a reprodução dessas imagens e desses estereótipos nas relações estabelecidas entre brasileiros e argentinos (Lins Ribeiro, 2002).

Entre outros elementos, é importante ressaltar que durante a formação do Estado-nação brasileiro, até a metade do século XX, a busca por uma identidade nacional foi pautada, de maneira direta ou não, no ideal de “branqueamento” da população por meio da miscigenação, na qual o europeu entrava com a “raça” e a massa cabocla entrava com a “cultura”, incluindo a língua nacional. Assim, ocorreu um incentivo à imigração seletiva, com ênfase em grupos europeus “brancos”, especialmente os latinos, e um repúdio à imigração de grupos orientais em geral, pois estes eram vistos como pouco ou nada qualificados para um “abrasileiramento” que, em alguns momentos, foi forçado pelo Estado, como no período do Estado Novo com a “campanha de nacionalização” dos imigrantes (Seyferth, 2000; Fausto & Devoto, 2004).

Já na Argentina, devido à importância quantitativa da imigração “branca” europeia e da menor incidência de “negros”, “índios” e “mestiços”, especialmente no litoral, onde a porcentagem de “brancos” chegou a 70% da população no final do século XIX e depois se acentuou ainda mais, há a construção da imagem da sua identidade nacional como a de um país “branco” e europeu (Quijada, Bernand & Schneider, 2000; Fausto & Devoto, 2004; Geler, 2004).

A dualidade europeísmo-tropicalismo apareceu também nas falas dos entrevistados, especialmente fundadas em imagens homogêneas para o caráter nacional de Argentina e Brasil, respectivamente. Nas falas dos entrevistados argentinos, esta oposição surgiu em parte influenciada pela maneira como eles construíam sua identidade por oposição a um brasileiro – no caso específico, o antropólogo – em parte fazendo referência às histórias de imigração de suas famílias. No início das entrevistas, após um pedido de realização de sua autoapresentação, a maioria dos argentinos a que tive acesso recorria à formação de sua família de origem, especialmente às histórias de imigração de seus familiares, às vezes com longas divagações sobre a origem “racial” ou nacional de pais ou avós, a chegada deles na Argentina, as razões de sua imigração, a existência ou não de dupla cidadania, entre outros temas. O recorrente nas falas dos argentinos era a afirmação do antepassado europeu que migrou para “fazer a América”. Como na entrevista realizada com Damian⁷ e que se repetiu com a maioria de meus interlocutores:

⁷ Com o intuito de salvaguardar a identidade dos sujeitos aos quais tive acesso, algumas características, como os nomes e as idades, serão omitidos. Especialmente no caso dos nomes utilizei uma nomeação fictícia.

Antropólogo: Por lo general, las entrevistas empezan con una auto-presentación. Podrías presentarte?

Damian: Bueno, bueno, mi nombre es Damián, tengo x años. Soy profesor de lenguas y literatura y también director de una escuela. Ahora que mis papeles de la jubilación están presentados, estoy a la espera de la resolución en ese sentido. Soy hijo de un español que emigró aquí durante la Segunda Guerra Mundial y de una argentina. Hoy mis padres ya están muertos. Éramos tres hermanos, uno fallecido y otro que hoy vive en Europa.

Já na fala dos brasileiros, somente um dos entrevistados trouxe histórias de imigração europeia como elemento importante para a definição de sua identidade. Todos os outros brasileiros, após o pedido para realizarem suas autoapresentações, recorreram também à sua família de origem, mas as divagações centravam-se, de maneira diferente dos argentinos, na configuração familiar, na relação afetiva com seus pais e padrastos, bem como na educação religiosa recebida por seus progenitores, como na fala de Salomão:

Antropólogo: Geralmente as entrevistas começam com uma autoapresentação. Você poderia se apresentar para mim?

Salomão: Tenho x anos, sou engenheiro eletricista com nível superior, portanto. Não sigo nenhuma religião, digamos que sou católico por herança, mas não praticante. Tenho meus preceitos, tenho minhas crenças e não sigo a religião católica porque não acredito na igreja católica. Vou às vezes quando tenho algum compromisso familiar, mas não é uma coisa que eu faça espontaneamente.

Antropólogo: E sobre sua família de origem?

Salomão: Família de origem, vamos lá. Meu pai é cearense, minha mãe é friburguense. Meu pai faleceu recentemente. Minha mãe mora sozinha em sua cidade, mas na verdade ela nunca está sozinha, sempre tem alguém com ela. Eu mesmo vou lá sempre que posso, tentei trazer ela para cá, mas ela não se adaptou. E tenho um irmão que mora na Alemanha.

Essa diferenciação na maneira de relatar histórias de família ou histórias de origem familiar me leva a questionar, tal como aponta Norvell (2001), a existência de uma “brancura desconfortável” das camadas médias brasileiras na medida em que os traços ou as marcas da mestiçagem com “negros” e indígenas são sintomaticamente “apagados”. Nas palavras do autor,

Embora se descrevam como produtos de uma sociedade de raça mista, essas origens tendem a desaparecer no plano concreto. Eles preferem fazer

referências a parentes imigrantes específicos, e não a parentes negros, mulatos ou indígenas [isso quando fazem referência]. Reconhecem que sua família de fato não é tão misturada quanto a norma brasileira, embora haja muito provavelmente um parente indígena ou negro em “algum lugar do passado” (:261).

Não me aprofundarei nesta questão, pois não é o objetivo do artigo. Mas, apesar dessa distinção de discursos, a maioria absoluta dos entrevistados em ambos os países define-se como “branco”, havendo apenas duas exceções, um “negro” no Brasil e outro na Argentina. Cabe aqui questionar: nesses contextos diferenciados, o significado de ser “branco” é o mesmo? Em caso afirmativo, qual o significado dessa “branquitude”? Em caso negativo, quais distinções e diferenciações são essenciais para a compreensão do “ser branco” entre os brasileiros e os argentinos com os quais mantive contato?

A mestiçagem e a construção da “branquitude”

Os questionamentos acima apresentados são importantes, pois problematizam categorias até então pouco elaboradas na discussão sobre “raça”/“cor” que majoritariamente têm como preocupação o racismo e a opressão do “negro” nas sociedades. Neste sentido, inspirado na abordagem de Brah (2006), questiono a tendência a considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras” salientando, tal como a autora, que tanto “negros” como “brancos” experimentam seus gênero, classe e sexualidade na articulação com elementos contextuais de “raça”/“cor”.

Desse modo, as ideias de articulação e interseção, tal como propostas por Brah (idem), implicam a existência de relações de conexão construídas como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto. Tal proposta permite a construção de uma abordagem orientada pelo contexto de vivência dos entrevistados, com a possibilidade de diferenciar uma categoria (neste caso, a categoria “branco”) como fala nativa, como discurso social e como categoria analítica.

Na Argentina, entre os entrevistados, há uma enorme diferenciação entre tons e subcategorias de “branco”, que estão associadas a distinções hierárquicas entre herança europeia e herança de povos nativos americanos e “negros”. Essas distinções baseiam-se na concepção de uma herança europeia tida como racial e culturalmente superior, em oposição àquela de nativos americanos e “negros”, tomada como inferior racial e culturalmente (Quijada, Bernand & Schneider, 2000; Seyferth, 2000; Geler, 2004; Stolke, 2006). Entre esses polos há uma infinidade de “mestiços”, que somam de maneira diferenciada tal ou qual legado, mas que, de

maneira geral, trazem a de nativos americanos ou “negros”. Quanto maior for esse legado, mais abaixo na hierarquia social estarão situados.

Para esclarecer este ponto, é importante trazer a análise de Stolke (2006) sobre as interseções entre “raça”, gênero e classe social no contexto do império colonial espanhol. A autora mostra como a pureza de sangue era um elemento essencial para a organização da sociedade e que justificava, inclusive, medidas de segregação racial e social. Nesse contexto, as mulheres eram confinadas no ambiente doméstico como uma medida de controle do corpo feminino e da reprodução sexuada através do casamento, pois, por meio dele, os bastardos eram evitados. Estes eram entendidos como crianças ilegítimas nascidas de uma relação sexual ilegítima entre parceiros que não poderiam se misturar, por exemplo, pessoas de origem africana ou escrava e pessoas de origem europeia ou livres.

Essa ideologia de repúdio à mestiçagem foi perdendo gradualmente a força com a democratização da sociedade argentina, mas ainda produz certos ecos nas falas de alguns entrevistados. Nas entrevistas desenvolvidas na Argentina há ainda uma busca repetida dos entrevistados pela afirmação de sua origem europeia, ligada à construção de um passado imigratório que alcança pais, mães e avós. Além disso, para “espanto” do antropólogo, observei nas conversas informais a procura de uma diferenciação deles em relação a outros grupos de pessoas que, mesmo tendo a pele branca, eram enquadrados como “los negros”. Isto aconteceu, por exemplo, em uma conversa com um amigo sobre a vida noturna homossexual em Buenos Aires. Esse amigo me indicou uma boate que eu “deveria” conhecer, onde eu poderia encontrar muita diversidade, mas que não era muito bem-vista por muitas pessoas do universo gay. Perguntei o porquê da “má fama” do local e ele me disse que essa boate é tradicionalmente o local onde há muita “mezcla”, sendo o lugar de preferência de “los negros”. O comentário inicialmente não me chamou muita atenção, a conversa tomou outro rumo e ele passou a me falar sobre os “ursos”. Porém, conversando com outros argentinos, ao tocar no nome da referida boate, os comentários se repetiram e todos se referiam a “los negros” que a frequentavam.

Devido à repetição do discurso, resolvi ir à boate para saber exatamente do que se tratava. Ao chegar lá, tive acesso a um ambiente carregado de diversidade, com lésbicas, travestis e gays afeminados, onde a presença de pessoas com a pele “negra” era uma minoria. Tratava-se, em verdade, de um local onde havia muitos “mestiços”. Era uma boate frequentada majoritariamente por pessoas que viviam na periferia da cidade; homens e mulheres oriundos de camadas sociais mais baixas, como outro amigo que mora em Buenos Aires comentou posteriormente. Assim, para os entrevistados, a “mezcla” e “los negros” não fazem referência necessariamente a pessoas com a pele “negra”, mas a inúmeros outros tipos de “brancos”,

indígenas ou descendentes de indígenas, tais como bolivianos, peruanos, brasileiros, que ocupam lugares inferiores na hierarquia social de identidades baseadas no entrecruzamento de critérios como “raça”/ “etnia” e camadas sociais.

Entre os brasileiros não há referência a essas categorias da mesma maneira. A maioria dos entrevistados conta informalmente histórias de famílias cuja ênfase não recai na origem étnica/racial de seus pais, mas sim em sua origem religiosa e regional, uma vez que dos dez entrevistados brasileiros somente quatro haviam nascido em Brasília. Apenas um deles trouxe a história de imigração quando elaborou a narrativa de sua origem familiar e, à exceção de um dos sujeitos que se definiu como “negro”, todos os outros se definiram como “brancos”, mesmo havendo a possibilidade de elencar uma multiplicidade de cores. Assim, percebi que o significado de “branco” para os brasileiros não é construído da mesma maneira que para os argentinos entrevistados.

Tal como aponta Fry (1982), o modelo binário “negro”/ “branco”, tão produtivo nos Estados Unidos, não se aplica da mesma maneira às distintas camadas sociais brasileiras. O autor aponta a existência de dois modelos concorrentes: o binário ou “bipolar”, que estaria presente majoritariamente nas camadas médias urbanas, e o “modelo múltiplo”, no qual se observa uma lógica baseada na existência de um gradiente de cor presente principalmente entre as camadas populares da sociedade brasileira. Neste modelo, o “branco” e o “negro” existem, mas também existem o “mulato”, o “moreno escuro”, o “moreno”, o “moreno claro”, o “bronzeado”, o pardo” etc. Como exemplo deste “modelo múltiplo”, podemos tomar o sistema de classificação popular de 135 cores, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1976, e a Pesquisa Mensal de Empregos (PME) realizada em 1998 também pelo IBGE, na qual foi verificado o uso de 143 cores para a autoclassificação (Carvalho, Wood & Andrade, 2003; Rocha & Rosenberg, 2007).

Desse modo, no Brasil, o contraponto para a construção do “homem branco” é o índio, o “mulato”, o “moreno” e o “negro”, tomados como sujeitos mais próximos da natureza e com o corpo menos “culturalizado”, como apontado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1998 [1933]). Mas não se trata de uma relação de oposição imediata, uma vez que tal como na Argentina há outros elementos que influenciam esse cálculo, como a classe social, o gênero, o nível educacional, entre outros fatores, como indicado por Pinho (2005) em seu estudo sobre o processo de construção do corpo de homens “negros” na periferia de Salvador, e por Moutinho (2006) no contexto de sua pesquisa sobre “raça”, homossexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. Nas palavras de Silva (1994:74), no Brasil “[...] não só o dinheiro embranquece, como, inversamente, a pobreza

também escurece”. Neste aspecto, os entrevistados brasileiros aproximam-se dos argentinos que utilizam a categoria de “los negros” para se referirem a “mestiços” ou “mulatos” de classe social baixa, no entanto, diferenciam-se deles ao trazerem o componente “cor da pele” como um elemento equalizador.

Em conversas com um dos entrevistados brasileiros que tem o companheiro “negro”, o tema do preconceito e da discriminação racial apareceu em diversos momentos. Nessas conversas, ele apontou a existência da não aceitação de sua relação de conjugalidade e do preconceito de outras pessoas em relação a seu companheiro por ser ele “negro”. Afirmou, em diversos momentos, que as pessoas davam muita mais atenção à cor da pele de seu companheiro do que à sua inteligência, à sua personalidade ou ao sentimento que havia entre os dois. A noção de “preconceito de marca”, criada por Nogueira (1985) em seu estudo sobre as relações raciais brasileiras, contrapondo-se à ideia de “preconceito de origem” presente na situação norte-americana, nos ajuda a entender esta afirmação. O preconceito de marca está direcionado à aparência do indivíduo, incluindo aí fisionomia, gestos, sotaque. O de origem assenta-se na suposição da descendência de certa “raça” como suporte e alvo para o preconceito.

No Brasil, o ideal de construção da nação teve como elemento fundamental a tese da miscigenação entre os povos como fator positivo, desde que levado em direção ao “branqueamento” da população. Assim, havia a expectativa de que índios e “negros” desaparecessem como um tipo racial por meio da miscigenação, da absorção do progresso, da modernidade, das práticas e das ideias do europeu que imigrou para o Brasil (Seyferth, 2000).

É importante destacar também a análise desenvolvida por Norvell (2001) e Moutinho (2004) que apontam a existência de alguns “paradoxos da mestiçagem” nos estudos desenvolvidos sobre a miscigenação no Brasil a partir de 1928, devido à ideia, desenvolvida por Norvell (idem) e retomada por Moutinho (2004), de um “tipo curiosamente contraditório de branqueamento” que tem como fundamento a ideia de uma “brancura” já miscigenada em sua origem, visto que o “branco” é tomado como um elemento civilizador revestido de grande ambiguidade, pois já “mestiço”.

Além disso, como mostra Piscitelli (2008), a despeito deste ideal de “branqueamento”, as migrantes brasileiras, independentemente de pertencimentos diferenciados de classe, “raça”, etnicidade, ou de serem consideradas “brancas” no Brasil, têm sua subjetividade ligada a noções sexualizadas e racializadas de feminilidade pelo simples fato de serem brasileiras migrando para certos países do norte da Europa. Em suas palavras, “no lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mais do que a cor da pele, confere-lhes essa condição. E essa racialização é sexualizada” (2008:269). Coisa similar acontece com brasilei-

ros quando na Argentina, que são considerados “mestiços” e têm sua subjetividade sexualizada e racializada.

Gostaria de ressaltar ainda que, entre os entrevistados argentinos, ser homem “branco” é construído em oposição a ser um homem “mestiço” ou “negro”. É ser descendente direto de europeus e, com isso, ser portador de sua “cultura”. É ser um europeu nascido na América, logo, diferente de “los negros” ou “mezclados”. Para os nativos brasileiros, ser homem “branco” é construído com base na cor da pele, assim como ser um homem “negro”, não se tornando necessário para esta construção ressaltar a sua ascendência ou origem étnica/racial/nacional. E é, tal como para os argentinos, ser diferente dos “negros”, o que não implica, no caso dos brasileiros, a impossibilidade de uma origem “mestiça”, ideia presente entre os entrevistados argentinos. Apesar das diferenças, ambos os grupos de entrevistados definem-se como homens “brancos” que ocupam o lugar mais alto na hierarquia social em seus distintos contextos de sociabilidade. Tal posicionamento é construído fazendo eco ao passado de imigração e a narrativas de construção da identidade nacional que assumiram formas distintas nos dois países. Partindo desse igual posicionamento dos sujeitos na hierarquia social, tornou-se possível fazer uma análise, de modo paralelo, das suas narrativas, mesmo levando em consideração as diferenças apontadas.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi a análise do significado dado pelos entrevistados às suas “branquidades”. Para alcançar tal objetivo, desenvolvi uma reanálise sobre o material de minha pesquisa de doutorado que originalmente versava sobre a construção da subjetividade e da homoconjugalidade masculina no Brasil e na Argentina. Nesse retorno aos dados de minha tese, ao invés de tomar como objeto de análise as “narrativas em comum”, optei por revê-los pelo prisma das “narrativas do eu”, levando em consideração a “autodefinição” do sujeito sobre o pertencimento a determinada cor, suas implicações e significados. Tal tarefa tornou-se possível uma vez que, durante o desenvolvimento de minha pesquisa de campo, utilizei como método a realização de entrevistas individuais com os integrantes dos casais.

Retomando: colocada no plural, a ideia de “branquidade” faz referência à variação de significados presentes nas falas dos entrevistados quando se definiam como homens “brancos” de camadas médias da população. Como vimos, tais significados variam grandemente de acordo com o contexto sócio-histórico nos quais são acionados pelos atores, mas sempre são influenciados por elementos intersecionais como nacionalidade, gênero, sexualidade, classe/camada social e “cor”/“etnia”. No caso específico deste artigo, questões como nacionalidade, “cor”/“et-

nia”, classe/ camada social foram os elementos mais profundamente trabalhados, pois acionados pelos entrevistados e que fizeram “diferença” em seus discursos. Em outras palavras, tais elementos eram acionados pelos interlocutores da pesquisa de ambos os países tanto no momento de realização da entrevista, quando relatavam suas histórias de família, quanto nas conversas estabelecidas no trabalho de campo, quando buscavam mostrar seu pertencimento a tal ou qual grupo e, com isso, em ambos os momentos estabeleciais as linhas simbólicas que demarcavam e sustentavam a “diferença” entre grupos distintos.

Finalizando, ressalto que não se trata de um trabalho que buscou “esgotar” a discussão sobre um tema tão complexo e rico, mas apenas trazer alguns questionamentos acerca desse debate, tendo como enfoque um contexto etnográfico específico no qual a referida diferença é construída de uma dada maneira. Assim, “ser branco” para os sujeitos entrevistados no Brasil e na Argentina adquire significados distintos, fazendo eco diretamente a história de emigração familiar, associada a uma valorização dessa “etnia”/ “nacionalidade” de origem, no caso dos entrevistados argentinos; e, de modo contrário, entre os entrevistados brasileiros, o destaque recai sobre as histórias de migração interna pelo país sem fazerem referência a uma visão da origem familiar que remeta a uma nacionalidade/ etnia anterior. Todos os entrevistados associam sua “branquidez” ao pertencimento à determinada classe/camada social, “etnia”/ “nacionalidade”/ “cor” (Pinho, 2005; Moutinho, 2004, 2006). No entanto, a construção da identidade nacional é feita de maneiras diferentes pelos interlocutores desta pesquisa, valorizando positivamente (no caso do Brasil) ou negativamente (no caso da Argentina) a mestiçagem, e centrando-se muito mais na presença ou na ausência de uma “marca” (Nogueira 1985) representada pela “cor” da pele no caso brasileiro.

Referências bibliográficas

- BRAH, A. 2006. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, nº. 26, p. 329-376.
- CARVALHO, J.A.M.; WOOD, C.H. & ANDRADE, F.C.D. 2003. “Notas acerca das categorias de cor nos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil - 1980/1990”. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Jan./jun. 2003. Vol. 20, nº.1, p. 29-42.
- FAUSTO, B. & DEVOTO, F.J. 2004. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34.
- FREYRE, Gilberto. 1998 [1933]. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- FRY, P. 1982. *Para inglês ver: identidade e cultura na política brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GELER, L. 2004. “Negros, pobres y argentinos. Identificaciones de raza, de clase y de nacionalidad en la comunidad afroporteña, 1870-1880”. *Nuevo mundo, Nuevos Mundos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index449.html>. Acessado em 20/01/2010.
- GIDDENS, A. 2002. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- GUIMARÃES, C.D. 2004. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- LINS RIBEIRO, G. 2002. “Tropicalismo e europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina”. In: FRIGÉRIO, A. & LINS RIBEIRO, G. (orgs.). *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 237-264.
- LOPES, M. 2010a. “*Homens como outros quaisquer*”. *Subjetividade e homoconjugalidade masculina no Brasil e na Argentina*. Tese de doutorado, Brasília, UNB.
- LOPES, M. 2010b. ““Homens como outros quaisquer’. Construção das masculinidades entre homens em situação de conjugalidade homossexual no Brasil e na Argentina”. *Anuário Antropológico*, Brasília, DAN/UnB.
- LOYOLA, M.A. 2003. “Sexualidade e Medicina. A revolução do século XX”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. Junho/julho 2003. Vol. 19, nº. 4, .
- MOUTINHO, L. 2004. Razão, “Cor” e desejo. *Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP.
- MOUTINHO, L. 2006. “Negociando com a adversidade: Reflexões sobre ‘raça’, (homos) sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro”. *Estudos Feministas*, Florianópolis. Jan.-abril 2006. N° 14(2):336.
- NOGUEIRA, O. 1985. *Tanto preto quanto branco*. São Paulo: T.A. Queiroz.

- NORVELL, J. 2001. "A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras". In: MAGGIE, Y. & REZENDE, C.B. *Raça como retórica. A construção da diferença.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PINHO, O.A. 2005. "Etnografias do brau: Corpo, masculinidade e raça na reafricanização de Salvador". *Estudos Feministas*, Florianópolis. Jan.-abril 2005. N° 13(1):216.
- PISCITELLI, A. 2008. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". *Sociedade e Cultura*. Vol. 11, nº 2, p. 263-274.
- QUIJADA, M.; BERNAND, C. & SCHNEIDER, A. 2000. *Homogeneidad y nación. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- RAPISARDI, F. & MODARELLI, A. 2001. *Los gays porteños en la última dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana.
- ROCHA, E.J. & ROSEMBERG, F. 2007. "Autodeclaração de cor e ou raça entre escolares paulistanos(as)". *Cadernos de Pesquisa*. Set./dez. 2007. Vol. 37, nº. 132, p. 759-799.
- SEYFERTH, G. 2000. "Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil". In: ZARUR, G.C.L. (org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. p. 81-109.
- SILVA, N. do V. 1994. "Uma nota sobre raça social no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro. Set. 1994. N°. 26, p.67-80.
- STOLKE, V. 2006. "O enigma das interseções: classe, 'raça', sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX". *Estudos Feministas*, Florianópolis. N° 14(1), 336, pp. 15-42.